

O GUIA-INTÉRPRETE E OS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO DA PESSOA COM SURDOCEGUEIRA

<https://orcid.org/0000-0001-5869-2597> Gilnúbia Rosa Mendes da Silva^A

<https://orcid.org/0000-0001-9575-2683> José Jackson Reis dos Santos^B

<https://orcid.org/0000-0001-6253-6458> Sidney Soares Silva^C

^A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, BA, Brasil

^B Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, BA, Brasil

^C Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, BA, Brasil

Recebido em: 29 nov. 2022 | **Aceito em:** 15 out. 2023

Correspondência: Sidney Soares Silva (2021A0152@uesb.edu.br)

A obra “O guia intérprete e a inclusão da pessoa com surdocegueira” é resultante da pesquisa de doutorado de Wolney Gomes Almeida, doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia com estágio pós-doutoral em Educação Especial pela Universidade do Minho (Portugal). No âmbito de sua atuação profissional, o autor é docente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC - Bahia), coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva (GEPEI), intérprete e professor de Libras, possuindo certificação de proficiência na tradução e interpretação da Libras e proficiência na docência de Libras. Possui vasta experiência na área de Educação, especialmente no campo da inclusão social, Libras, guia-interpretação, educação de surdos e surdocegos.

O livro foi publicado em Língua Portuguesa no ano de 2019 pela Editus, Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), tem 168 páginas e é constituído pela Apresentação, Prefácio e seis (06) capítulos, socializando dados relevantes acerca da surdocegueira e da necessidade de formação do guia-intérprete, profissional mediador para a inclusão socioeducacional das pessoas surdocegas. A obra é dedicada aos surdocegos, sendo a epígrafe uma citação de Hellen Keller, precursora nos estudos e pesquisas em relação à surdo-cegueira. A apresentação foi escrita por Janine Pires Farias, surdocega congênita, pessoa que utiliza a Libras para comunicação expressiva e Libras Tátil para a comunicação receptiva. Sem dúvida, essa foi uma excelente escolha do autor, pois Janine Pires Farias vivencia, no seu cotidiano, experiências concretas com o guia-intérprete, e expressou, de forma objetiva, o quanto esse profissional é fundamental para a sua acessibilidade e autonomia nos contextos sociais e escolar.

No prefácio, Hildomar José de Lima faz referência aos debates, discussões e à implementação de políticas públicas educacionais sustentadas pela vasta legislação que



2023. *Silva; Santos; Silva. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.*

assegura educação e equidade para estudantes com deficiência e minorias linguísticas. Além disso, a articulação entre as áreas da educação e da saúde evidenciou a urgência em romper com lógicas e concepções limitantes do desenvolvimento humano. Para Hildomar José de Lima, as discussões propostas pelo autor contribuem para a reflexão acerca da ideologia da “incapacidade” para pessoas com deficiência e permite pensar na atuação profissional do guia-intérprete para o desenvolvimento de potencialidades e da autonomia das pessoas com surdocegueira, uma deficiência com altas complexidades linguísticas nos contextos de aprendizagem formal. A pessoa com surdocegueira, além do tato, utiliza sistemas de comunicação distintos, e a complexidade não é somente pelo fato de Libras e Língua Portuguesa serem de modalidades linguísticas diferentes, mas por tais sistemas contemplarem a “personalidade/individualidade” da pessoa com surdocegueira, sendo imprescindível optar entre os sistemas alfabéticos e não alfabéticos, verificando qual o mais apropriado para garantir o seu acesso às informações. Hildomar José de Lima finaliza o prefácio refletindo sobre a crise político-econômica brasileira e sobre os projetos educacionais do país, destacando cortes orçamentários implementados nos últimos anos. Reafirma a urgência da formação continuada proposta pelo Estado, a fim manter o compromisso social de inclusão educacional das pessoas com deficiência.

Na introdução, primeiro capítulo da obra, Almeida (2019) traça um panorama teórico-conceitual a respeito da surdocegueira, afirmando a existência de poucos estudos sobre essa deficiência no campo acadêmico, principalmente em relação às especificidades e formas de comunicação. Aponta que a reflexão na perspectiva da diferença e da diversidade vem se tornando tema recorrente, tanto no âmbito educacional como nos diversos setores da sociedade, com o intuito de contribuir para promoção da acessibilidade, do direito e do desenvolvimento social de todos os sujeitos com deficiência ou não. A história da pessoa com deficiência é marcada pela segregação e exclusão social. Nesse contexto, durante muito tempo a medicalização foi utilizada para reconstruir a pessoa com deficiência nos padrões sociais da chamada normalidade, portanto, pensar a educação na perspectiva do desenvolvimento social implica ressignificar os sistemas de ensino e as políticas socioeducacionais, visando ao atendimento de qualidade e com acessibilidade. O autor explicita, nesse âmbito, alguns fundamentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº. 9394/96, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994) para respaldar, do ponto de vista do direito à educação e demais processos

educacionais, as discussões socializadas. Com base em Galvão (2010), afirma que no Brasil a grande barreira para o desenvolvimento da educação de surdocegos é a insuficiência de profissionais com formação específica. Apoia-se nas teorias sociointeracionistas de Vygotsky (1997) e justifica a necessidade do estímulo para o desenvolvimento da linguagem e do pensamento das pessoas com deficiências para alcançarem altos níveis de desempenho no âmbito do desenvolvimento cognitivo.

Ao desenvolver o estado da arte sobre surdocegueira e deficiências sensoriais múltiplas, Almeida (2019) localizou quinze (15) dissertações e cinco (05) teses com pressupostos referentes às características e dificuldades básicas das pessoas com deficiência, às causas e tipos da surdocegueira e deficiências sensoriais múltiplas, com ênfase na dificuldade para a comunicação. Na análise do autor, nenhum estudo trata do guia-intérprete, e isso confirma a existência de uma lacuna em relação à atuação desses profissionais nos espaços acadêmicos e nas produções no campo das ciências humanas. Dentre as pesquisas analisadas, três teses são aprofundamentos de estudos realizados nos mestrados, quais sejam: Almeida (2008), Cormedi (2011) e Maia (2011). No final deste primeiro capítulo, o autor apresenta os objetivos da pesquisa, os demais capítulos do livro, contextualizando a temática e discorrendo sobre as teorias e metodologias centrais da pesquisa.

No segundo capítulo, o autor discute a formação e atuação do guia-intérprete na condição de mediador para a inclusão da pessoa com surdocegueira, tanto na sociedade como nos espaços escolares. Faz um breve histórico da educação de surdocegos, destacando o Instituto Perkins, situado nos Estados Unidos da América (EUA), tendo como primeira estudante surdocega Laura Bridgman em 1837 e, em 1888, Helen Keller. Na Europa, a educação para surdocegos iniciou-se na França (1884), seguida da Alemanha (1887) e Finlândia (1889). Em 1977, foram catalogados 350 surdocegos atendidos em 13 países.

Com base em Monteiro (1998), Almeida (2019) ratifica que os estudos sobre surdocegueira são recentes no Brasil, pois foram iniciados a partir de 1953 com a visita de Helen Keller ao contexto nacional. Ele destaca ainda que as primeiras discussões sobre essa temática em documentos oficiais começaram em 2002, ano em que o Ministério da Educação publicou a coleção “Estratégias e Orientações Pedagógicas para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais”. O autor adverte que, mesmo a surdocegueira sendo a junção de duas perdas, ela se configura como deficiência única com características peculiares, a saber: o surdo visual-espacial e o cego auditivo temporal. Para explicitar as particularidades

da surdo-cegueira, Almeida (2019) referenda-se, teoricamente, em Kinney (1997), McInnes e Theffry (1988), defensores da surdocegueira como uma deficiência singular e com características próprias, demandando atendimento especializado. Para apresentar as categorias e as causas da surdocegueira, referencia-se, ainda, em Reyes (2004), Heller e Kennedy (1994), Parker (2001), Maia (2007), Munroe (2007) e Bove e Riggio (1995). Baseando-se em Van Dijk (1986), o autor discorre a respeito dos estudos recentes da psicofisiologia cerebral e finaliza o capítulo afirmando que, independentemente das classificações, é de suma importância conhecer as estratégias de intervenções para o desenvolvimento e participação efetiva do surdocego, compreendido na condição de sujeito da linguagem na sociedade.

O terceiro capítulo versa acerca da inclusão socioeducacional das pessoas surdocegas, tendo como aporte os regimentos legais e aponta para a construção de um sistema socioeducacional com acessibilidade, capaz de atender às especificidades desses sujeitos. Para Almeida (2019), é preciso compreender as diversas formas de comunicação desenvolvidas pela pessoa com surdocegueira e a atuação do guia-intérprete para viabilizar o acesso às informações nos vários contextos sociais. Fundamenta-se em Bakhtin (2006) para explicitar acerca dos conceitos da percepção do “eu” e do “outro”, bem como sobre o corpo interior e o corpo exterior. Referendando-se em Alsop, Grupo Brasil (2008), Alsop e Mamer (2002), Almeida (2019) trata da formação específica para o guia-intérprete, pois esse precisa conhecer, de forma aprofundada, os aspectos linguísticos relacionados aos signos, símbolos e significados para colaborar com a pessoa surdocega no desenvolvimento da linguagem e comunicação. Recomenda a necessidade de refletir sobre os aspectos relativos à comunicação no contexto da pessoa surdocega, visto que é por meio desse mecanismo que os sujeitos constituem e ampliam seu desenvolvimento social, cognitivo e concebem suas diferentes formas de aprendizagem.

Tendo como premissa os estudos de Habermas (1991), Alvarez (1991), Dorado (2004) e Miles (2008), Almeida (2019) explica os sistemas de comunicação alfabéticos e não alfabéticos. Baseando-se nos estudos de McInnes e Theffry (1991), relata sobre o mediador, profissional que conhece os meios de comunicação e junto com o surdocego viabiliza meios de desenvolver suas capacidades físicas e intelectuais. Segue esclarecendo que o guia-intérprete, além de exercer a função mediadora, é também um canal de comunicação entre o surdocego e o contexto social, portanto, tem como papel principal compreender a mensagem, extrair o conteúdo linguístico e contextualizar o sentido na língua no processo

dialógico. Com base nos estudos de Rosa *et al.* (2012), Almeida (2019) afirma que o guia-intérprete pode fazer o trabalho de transliteração, ou seja, receber a mensagem e transmiti-la no mesmo idioma, utilizando a forma de comunicação mais acessível para o surdocego. Pode, ainda, desenvolver o trabalho de interpretação, momento no qual o profissional escuta a mensagem em um idioma específico e a transmite em outro, além de descrever o que ocorre em torno do contexto de comunicação, colaborando com a locomoção e mobilidade da pessoa com surdocegueira.

Apoiando-se nos estudos de Dourado (2004), Rodríguez (1999) Petroni (2010), analisa a formação do guia-intérprete e as técnicas utilizadas por esse profissional para a inclusão da pessoa com surdocegueira no contexto socioeducacional. No final do capítulo, afirma que a formação desse profissional é feita pelo Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego - Organização não governamental - em parceria com Órgãos internacionais, com respaldo governamental das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, pois ainda não existe formação acadêmica para estes profissionais.

No quarto capítulo, o autor inicia a discussão ponderando acerca da exclusão, inclusão e educação inclusiva, temas cada vez mais recorrentes na sociedade contemporânea. Para isso, toma como base os estudos de Bava (2003), Massicano (2009), Mazzota (1973), Bove (1993), bem como documentos como a LDB 9394/96 e a Declaração de Salamanca. Traz à baila o debate polêmico relacionado à necessidade da formação específica ou não discutidas por Montoan (2005), Glat (2006) e Almeida (2007), e faz um contraponto utilizando os estudos nacionais e internacionais de Mittler (2003), Glat, Fontes e Pletsch (2006), que defendem a Educação Especial como suporte para implementar a proposta de trabalho. Nesse sentido, sugere a atuação de especialistas, a flexibilização do currículo, as estratégias e os recursos para o processo educativo das pessoas com deficiência, principalmente com surdocegueira e menciona o documento de Bosco, Mesquita, Maia (2010) “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: surdocegueira e deficiência múltipla” (2010), com indicação de apoio individualizado, currículo complementar, ambientes estruturados e seguros, equipamentos e materiais específicos. Para viabilizar tais iniciativas, sugere mais atenção para algumas condições, como as divulgadas na cartilha do Ministério da Educação Especial (2010), indicando a inserção da criança com deficiência na sala comum junto a todos os estudantes e a participação na sala de recursos com atividades específicas.

Segundo Almeida (2019), no Brasil, a formação profissional dos guia-intérpretes sempre esteve atrelada ao voluntariado, sendo um marco importante a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), Lei 10.436/2002, pois contribuiu para impulsionar as discussões relacionadas à surdocegueira no Brasil, assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Decreto 5.626/2005 e a o Dia Nacional Libras, instituído pela Lei 13.055/2014. Para falar do papel do intérprete, toma como base os estudos de Quadros (2002), Souza (2007), Karnopp (2005), Pereira (2004). Recorre aos estudos de Skliar (2001) e Blanco (1995) para destacar a importância da inclusão nas salas de ensino regular e a McInnes & Treffry (1991) para descrever o quanto é indispensável a estimulação para os surdoscegos. Cita, ainda, a sala de recursos multifuncionais como espaço de serviço e apoio pedagógico especializado na unidade escolar.

O autor recorre às teorias sociointeracionistas, fundamentadas em Vygotsky, para argumentar acerca da importância de vivenciar experiências significativas para a aprendizagem dos sujeitos com ou sem deficiência. Afirma que para educar efetivamente as pessoas com deficiência as escolas precisam de apoio adicional e, para os estudantes com surdocegueira, é imprescindível a mediação do guia-intérprete.

No quinto capítulo, Almeida (2019) analisa a formação e atuação dos profissionais guia-intérpretes no atendimento aos surdoscegos na cidade de Salvador, Bahia. Para trilhar os caminhos da pesquisa, respalda-se em Laville e Dionne (1999), Pinto (1979) e recorre aos estudos de Gatti (2002), Castel (2008), Skliar (2013) para compreender Educação e Inclusão, temática imprescindível em todas as instâncias da sociedade e, principalmente, no espaço acadêmico. Apresenta o percurso da pesquisa com base nos estudos de Oliveira (1999), Patton (1990), Marconi e Lakatos (2005), Myers e Wildemuth (1993), percorrendo acerca da formação do guia-intérprete, mediador da comunicação da pessoa com surdocegueira. Apresenta características dos sujeitos da pesquisa quanto ao gênero e faixa etária, e toma como base os estudos de Fabri (2009) e Galvão (2010) para referenciar o surgimento dos primeiros estudos relacionados à surdocegueira no Brasil. Apresenta instituições que promovem a formação na contemporaneidade dos guia-intérpretes e utiliza Maia (2004) e Petroni (2010) para justificar a importância desses profissionais para a inclusão das pessoas com surdocegueira no contexto socioeducacional e, de forma detalhada, descreve os conteúdos, a quantidade de participantes e carga horária dos cursos de formação.

Descreve, ainda, o percurso metodológico e analisa os dados coletados no decorrer da pesquisa, referendando-se em estudos de autores com a temática em questão para confirmar a relevância de uma formação de qualidade para o guia-intérprete. Apoia-se em Amaral (1998) para falar sobre as barreiras enfrentadas pelos surdocegos e em Galvão e Miranda (2013) para justificar que a escola precisa contribuir para superação de estigmas, dos preconceitos e das barreiras atitudinais e pedagógicas na perspectiva da inclusão da pessoa com deficiência.

Com Farias e Maia (2007), analisa a participação do guia-intérprete como mediador da inclusão das pessoas com surdocegueira e, com base em Foucault (2002) e Friedmann (1996), esclarece a necessidade do empoderamento. Utiliza-se de Ross (2006) e Sassaki (2008) para discutir a educação inclusiva. Todo esse aporte teórico foi utilizado para analisar o material coletado no percurso da pesquisa e compreender como se constitui a formação e atuação do guia-intérprete. O autor conclui o capítulo problematizando questões fundamentais nesse processo, quais sejam: ausência de infraestrutura nos espaços escolares e não escolares; ausência de instituições de atendimento especializado ao surdocego; inexistência de órgãos para regulamentar as ações específicas e fiscalizar o atendimento.

No sexto capítulo, o autor retoma o objetivo da pesquisa e faz uma breve síntese sobre os caminhos percorridos na pesquisa, em que constatou a demanda relacionada à formação inicial e continuada, tanto para o guia-intérprete, quanto para professores especialistas e demais instituições escolares. Relata, detalhadamente, todo o percurso da pesquisa e sinaliza para a formação do guia-intérprete, sujeito mediador do processo de comunicação e mobilidade, capaz de realizar adaptações singulares para cada pessoa com surdocegueira, proporcionar conhecimentos relacionados à surdocegueira, ter habilidades nos diferentes sistemas de comunicação e técnicas de locomoção, bem como o domínio das técnicas de guia-interpretação para uma atuação competente junto às pessoas com surdocegueira.

A ausência de formação para o guia-intérprete corrobora para fragilizar o processo de inclusão das pessoas com surdocegueira, pois a atuação desses profissionais, além de assegurar qualidade de vida para os surdocegos, colabora também com a orientação dos profissionais da educação sobre as demandas desses indivíduos e contribui para a implementação de políticas públicas educacionais.

Essa obra é, sem dúvida, um exímio estudo e fonte de pesquisa para estudiosos e pesquisadores do tema em questão. Certamente, o objetivo do trabalho foi alcançado, pois

permitiu compreender a repercussão desse estudo nos ambientes escolares e não escolares que atendem surdocegos, principalmente, para analisar as práticas desenvolvidas.

Ao afirmar “[...] a bibliografia nacional a respeito da guia-interpretação ainda não se estabeleceu nos espaços acadêmicos e nas produções no campo das Ciências Humanas”, Almeida (2019, p.27) sinaliza para a urgência de se desenvolver novos estudos e pesquisas dessa temática. O livro é, indubitavelmente, uma obra contemporânea, necessária, urgente e indicada para profissionais da educação e sociedade em geral. Se desejamos um mundo mais humano, mais inclusivo, mais ético, mais solidário, a obra é de leitura obrigatória para todos/as os/as envolvidos/as com práticas de cidadania, de inclusão.

Referência:

ALMEIDA, Wolney Gomes. *O guia-intérprete e a inclusão da pessoa com surdocegueira*. Ilhéus: Editus, 2019.